



ASSESSORIA TÉCNICA
INDEPENDENTE
TERRITÓRIOS DE
GOVERNADOR VALADARES
& ALPERCATA

Boletim

INFORMATIVOATI

fevereiro de 2026

INSTITUIÇÕES DE JUSTIÇA DIVULGAM RELATÓRIO SOBRE O PROGRAMA PARA MULHERES

**Documento reúne e sistematiza contribuições de mulheres atingidas
de toda a Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba**



As Instituições de Justiça (IJs) divulgaram no dia 29 de janeiro de 2026 o Relatório de Consolidação das Contribuições Territoriais para o Programa para Mulheres. O documento foi feito a partir das respostas de mulheres atingidas aos formulários online criados pelas IJs entre os meses de setembro e outubro de 2025.

No Território 4 (Governador Valadares e Alpercata) foi realizado pela ATI Caritas GV o Seminário de Construção Participativa do Programa para Mulheres no dia 4 de outubro de 2025. O objetivo foi debater os assuntos presentes no formulário para que as mulheres tivessem as informações necessárias para responderem as questões.

Como deve ser o Programa para Mulheres?

Uma das perguntas feitas no formulário foi "O que o Programa para Mulheres poderá prever?" e a maior parte das lideranças disseram que deveria ser por meio de indenizações individuais. Com isso, as IJs deixaram claro no documento que: "Diante disso, considerando a manifestação majoritária entre os territórios, conclui-se que o Programa para Mulheres deverá priorizar a instituição de pagamentos individualizados às mulheres elegíveis".

Outro dado importante é que, de forma unânime os 16 territórios votaram pela inclusão

"de mulheres com idade igual ou superior a 16 anos em 05/11/2015, cadastradas nas Fases 1 ou 2 do Cadastro, realizado no âmbito do PG-01, como 'dependentes' e 'não indenizadas individualmente', bem como outros grupos, a depender de análise de viabilidade técnica, financeira e legal". Elas também decidiram, por maioria, que os pagamentos devem ser simultâneos a todas as mulheres, sem qualquer tipo de prioridade.

O documento traz alguns critérios que foram sugeridos pelas mulheres para a contratação da entidade técnica de apoio, são eles: Não pode ter vínculos com as empresas responsáveis pelo crime-desastre; Deve ter experiência comprovada em contextos de vulnerabilidade social, com tempo mínimo de três anos de existência; Capacidade técnico-operacional robusta; Mecanismos de controle social que assegurem a participação direta das mulheres atingidas em todas as etapas de planejamento, implementação e monitoramento do programa.

Atenção!

Ainda não se sabe quando o programa estará ativo e nem como vai funcionar de fato. O que se sabe é que, neste momento, nenhuma mulher deve assinar qualquer tipo de procuração ou outro documento. A forma de acesso ao programa não está definida.

ASSESSORIA TÉCNICA É UM DIREITO! ASSESSORIA TÉCNICA É UMA FERRAMENTA!



Entre em contato online
para receber nosso
atendimento:
atendimento.caritasgv.org



Ou visite a sede da ATI:
Rua Vereador Euzebinho
Cabral, Nº. 319 - Centro
Governador Valadares



caritasgv.org



tiraduvistas.caritasgv.org



[@ati.caritasgv](https://ati.caritasgv)



(33) 3014-8580

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FEDERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (CFPS) FOI REALIZADA EM LINHARES

Confira como foi o Encontro, realizado nos dias 28, 29 e 30 de janeiro, que discutiu sobre o Edital de projetos comunitários do Fundo de Participação Social, entre outras pautas



A 3ª Reunião Ordinária do CFPS iniciou-se com a apresentação dos informes gerais e a composição das Comissões Técnicas e Temáticas, com destaque para a proposição da Comissão Temática da Pesca e Aquicultura, apresentada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. Também houve o repasse sobre o ajuste da minuta final do Regimento Interno e debate sobre maior transparência, incluindo a necessidade de acesso célere às atas e divulgação prévia das pautas das reuniões extraordinárias.

Outro ponto de destaque foi a proposta apresentada pelas pessoas atingidas de uma nota de repúdio à Emater do Estado de Minas Gerais em razão dos critérios exigidos para as pessoas atingidas acessarem o Projeto de Energia Solar. **Devido às diversas reivindicações dos territórios, incluindo um ofício elaborado pela Comissão Local do Território 4, a Emater reviu os critérios e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) deixou de ser exigido.**

A reunião contou ainda com a cerimônia de assinatura dos contratos das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) para IPCTs e a apresentação da Fiocruz como entidade gestora do Conselho, informando a construção de curso de formação para conselheiros e conselheiras sobre participação social e controle social.

Turno de Diálogo Aberto com a população

No dia 29 de janeiro, o governo federal deu início ao funcionamento do Turno de Diálogo Aberto, espaço livre para participação do público, previsto no Regimento do Conselho.

Nele, 29 pessoas apresentaram suas demandas. De acordo com o governo, todas as informações e solicitações feitas pelos participantes seriam registradas em ata e enviadas para o órgão responsável por cada tema para que fossem respondidas posteriormente.

Edital de projetos comunitários do Fundo de Participação Social

Durante o processo de construção da metodologia do edital, os conselheiros e conselheiras destacaram algumas preocupações de quem vive nos territórios atingidos e que podem impactar nos projetos.

Os conselheiros foram divididos em Grupos de Trabalho para tratar sobre as linhas de Fomento, critérios de seleção de projetos e procedimento de seleção de projetos. De acordo com a proposta encaminhada na reunião, a proposta de edital foi apresentada pelo governo federal para os conselheiros, que o discutiram em reunião virtual do CFPS.

A previsão é que o Edital seja publicado pelo governo federal no mês de março de 2026.